



*Estado de Rondônia*  
*Câmara Municipal de Cacoal*

**LEI N. 5.178/PMC/2023**

**REVOGA A LEI N. 5.105/2022 E ALTERA AS LEIS MUNICIPAIS N. 3.861/PMC/2017 E 2.554/PMC/2009 E INSTITUI O PROGRAMA IPTU SOCIAL NO MUNICÍPIO DE CACOAL.**

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CACOAL**, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Poder Legislativo Municipal aprovou e ele promulga, nos termos do § 7º do artigo 29 da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica alterado o inciso IV e acrescentado o parágrafo único ao art. 7º da Lei Municipal n. 3.861/PMC/2017, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 7º.....

(...)

IV - a conceder remissão dos débitos inscritos ou não em Dívida Ativa do Município, bem como isenção, em relação ao Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), **que seja de propriedade e residência do contribuinte**, portador de moléstia profissional, tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, hepatopatia grave, estados avançados da doença de Paget (osteíte deformante), contaminação por radiação, síndrome da imunodeficiência adquirida, **fibromialgia**, com base em laudo médico emitido por profissional competente, nos termos do art. 172, I e IV do Código Tributário Nacional e art. 249, I e IV do Código Tributário Municipal.

Parágrafo único. O benefício descrito no inciso IV será concedido, de igual forma, nos casos onde o portador da moléstia seja cônjuge, dependente legal, ascendente ou descendente em linha reta de primeiro grau do contribuinte proprietário.

**Art. 2º** Sem prejuízo do disposto no art. 33 da Lei Municipal n. 2.554/09, fica autorizado a conceder remissão dos débitos relativos a IPTU, inscritos ou não em Dívida Ativa do Município, bem como o parcelamento, em até 10 parcelas, do referido tributo, sem acréscimos, com desconto de 20% previsto no Anexo I, Inciso III, alínea “a”, do referido Diploma Legal, **que seja de propriedade e residência do contribuinte** enquadrado na Lei Federal n. 8.989/95 (PcD), pessoa com deficiência ou na Lei Federal n. 14.203/21 (Tarifa Social).

**§ 1º** O parcelamento mencionado no *caput* não poderá exceder o ano correspondente ao fato gerador do tributo.



*Estado de Rondônia*  
*Câmara Municipal de Cacoal*

---

§ 2º Em caso de inadimplemento do parcelamento, ficam vencidas as parcelas remanescentes, sem prejuízo dos valores pagos.

§ 3º O benefício descrito no *caput* será concedido, de igual forma, nos casos que a Pessoa com Deficiência seja **cônjuge, dependente legal, ascendente ou descendente em linha reta de primeiro grau** do contribuinte proprietário.

**Art. 3º** Fica o Município autorizado a conceder remissão dos débitos inscritos ou não em Dívida Ativa, bem como isenção, em relação ao Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), **do imóvel de até 80m² de propriedade e residência do contribuinte** aposentado, pensionista ou beneficiário de renda mensal vitalícia de até 01 (um) salário mínimo, vigente a época do lançamento do imposto.

**Art. 4º** Para ter direito aos benefícios da presente lei, o requerente deve apresentar cópias dos seguintes documentos:

I - documento hábil comprobatório de que é o proprietário do imóvel a ser beneficiado e que o mesmo é utilizado como sua residência e, quando cônjuge, dependente legal, ascendente ou descendente em linha reta de primeiro grau residente no imóvel do contribuinte, juntar documento hábil, a fim de se comprovar o vínculo de dependência (cópia da certidão de nascimento/casamento), bem como declaração de residência no imóvel.

II - documento de identificação do requerente:

- a) Célula de Registro de Identidade (RG) e/ ou Carteira de Trabalho e Previdência (CTPS) ou outro documento com foto hábil para tanto;
- b) Cadastro de Pessoa Física (CPF).

III - laudo médico fornecido pelo médico que acompanha o tratamento quando o requerente for portador de doença ou incapacidade, contendo:

- a) Diagnóstico expressivo da doença (anatomopatológico);
- b) Estágio clínico atual;
- c) Classificação Internacional da Doença (CID);
- d) Carimbo que identifique o nome e número de registro do médico no Conselho Regional de Medicina (CRM);
- e) Especificação se Doença/Incapacidade Temporária ou Permanente.

**Art. 5º** A isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) não desobriga o contribuinte do pagamento de demais taxas.

**Art. 6º** Os benefícios de que trata a presente Lei devem ser requeridos anualmente, ficando autorizado nos casos em que o Laudo vier sinalizado como Doença ou Incapacidade PERMANENTE, considerar o mesmo laudo no pedido



*Estado de Rondônia*  
*Câmara Municipal de Cacoal*

---

anual de isenção, desobrigando o requerente da emissão de novo laudo a cada pedido.

**Art. 7º** Fica o Poder Executivo autorizado a cobrar juros e correção monetária de qualquer dívida que tenha sido irregularmente isenta em razão de conduta fraudulenta do contribuinte.

**§ 1º** Fica o Poder Executivo autorizado a multar o contribuinte de 1 a 50 UFC por cada isenção adquirida irregularmente.

**§ 2º** O contribuinte flagrado em irregularidade perderá os benefícios tratados nesta lei.

**Art. 8º** As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão à conta das verbas próprias do Orçamento, suplementadas se necessário.

**Art. 9º** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Palácio Catarino Cardoso dos Santos, 19 de abril de 2023.

**MAGNISON DA SILVA MOTA**  
**Presidente da Câmara Municipal de Cacoal**